

**Fabiana Siqueira de Oliveira
Fábio Rezende Hostt
Gisele Gualberto da Silva
Valquíria Rodrigues da Silva**

**Customização dos controles internos e externos.
Controladoria interna e externa das organizações.
Quais insumos podem ser extraídos dos demonstrativos contábeis, das notas
explicativas e dos relatórios publicados para subsidiar a elaboração do
orçamento da empresa?**

Artigo Científico apresentado às disciplinas:
Análise de Custos, Auditoria, Contabilidade e
Orçamento Empresarial, Contabilidade
Governamental, Ética Profissional e Sistemas
Contábeis II do 6º Período do Curso de
Ciências Contábeis Turno Noite do Instituto
de Ciências Econômicas e Gerenciais da PUC
Minas BH.

Professores: Amaro Da Silva Júnior
Amilson Carlos Zanetti
Giovanni José Caixeta
José Luiz Faria
José Ronaldo Da Silva
Nivaldo Carvalho da Silva

Belo Horizonte
26 outubro de 2009

RESUMO

O presente artigo enfatiza a customização dos controles internos e externos, e quais os insumos podem ser extraídos das demonstrações contábeis e das notas explicativas, para subsidiar na elaboração do orçamento empresarial. O Objetivo deste trabalho é pesquisar e entender o inter-relacionamento das disciplinas do 6º período do Curso de Ciências Contábeis e as práticas adotadas pelas empresas. Este artigo foi elaborado através de pesquisas bibliográficas, leitura analítica em capítulos de livros e páginas da internet.

PALAVRAS - CHAVE

Controles internos e externos; Orçamento empresarial; Demonstrações Contábeis; Ética; Customização; e CEMIG.

1 INTRODUÇÃO

O artigo foi preparado pelos alunos do 6º período do curso de Ciências Contábeis e teve como foco, a customização dos controles internos e externos, e também quais os insumos podem ser extraídos das demonstrações contábeis e das notas explicativas para subsidiar no orçamento das empresa.

2 DESENVOLVIMENTO

Atualmente, um sistema de gestão de todas as organizações, é resumido em planejamento, execução e controle das atividades operacionais. Cada organização deverá definir a ênfase desejada para o planejamento e o controle dos seus negócios e

isso pode ser observado pelo tempo dedicado à discussão, investimentos feitos e a preocupação qualitativa quanto aos profissionais alocados para uma ou outra atividade. “Em termos gerais, considera-se que, quanto mais o profissional sobe na estrutura organizacional, maior o seu esforço despendido para o planejamento dos negócios. Inversamente, quanto mais descemos na pirâmide, maior o esforço dedicado ao controle” (FREZZATI, p.14) Isto é, uma entidade deve sempre manter um equilíbrio entre as ferramentas necessárias para execução de um planejamento e o controle interno que envolve tal entidade. Desta forma, será possível que ambos sejam executados da melhor forma obtendo custos aceitáveis para todo esse contexto.

“O controle interno compreende o plano de organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotados pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela administração” (ATTIE, p.148).

Basicamente, para a elaboração de um planejamento satisfatório, é necessário que a entidade tenha um controle extremamente eficaz e confiável. De maneira geral, planejar sem controlar resume-se em uma postura errônea, no qual, está se desperdiçando tempo e energia dos colaboradores. O controle é fundamental para o entendimento do grau de desempenho atingido e a comparação do que foi orçado e realizado, no qual, não havendo evidências por parte da entidade de satisfação quanto aos controles internos, não se pode afirmar se realmente os resultados apurados apresentam fidedignidade. Uma vez verificado o controle, é possível redirecionar, enfatizar e ajustar as ações para atingir os objetivos previamente traçados.

“Um sistema de planejamento global é um conjunto de planos e políticas que, formalmente estabelecidos e expressos em

resultados financeiros, permite à administração conhecer, a priori, os resultados operacionais da empresa e, em seguida, executar os acompanhamentos necessários para que esses resultados sejam alcançados e os possíveis desvios sejam analisados, avaliados e corrigidos”(FREZZATI, p.14)

Para a elaboração de um orçamento deverá ser utilizado técnicas e procedimentos contábeis anteriores a execução do planejamento e deverá também ser estabelecido e respeitado pela organização as variáveis “exógenas”, sobre as quais a empresa não tem controle, como por exemplo, decisões governamentais, para governamentais e econômicas externas à empresa. Deve-se ainda estabelecer também as variáveis “endógenas”, isto é, aquelas decisões que dependem da própria empresa, como por exemplo, os objetivos, políticas, padrões, etc.

Como objeto de estudo, o grupo envolvido no trabalho escolheu a empresa Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG. Em maio de 2009 foi divulgado através do site www.ri.cemig.com.br as projeções financeiras da mesma, referentes aos exercícios 2009-2012. Abaixo seguem algumas informações utilizadas para elaboração da projeção da financeira:

Em 2003, a Companhia estabeleceu através do Planejamento Estratégico, os fundamentos e as estratégias básicas a serem utilizadas no decorrer dos anos, no qual, também foram redefinidos a missão e visão da mesma. Diante disso, foi elaborado em 2004 a revisão do direcionamento estratégico para o ciclo 2005-2009, ponderando o ambiente de incertezas oriundo das discussões em andamento para a implantação do Novo Modelo do setor elétrico.

A estratégia da Companhia se desenvolveu sob duas diretrizes do acionista controlador: agregar valor e crescer, condicionadas pela ousadia. Foi através destes pilares mestres

que a mesma elaborou o Plano Diretor 2005/2035, que estabelece as bases para os próximos ciclos de planejamento estratégico.

Para o segmento distribuição, foram estabelecidas as seguintes diretrizes para os próximos anos:

- Priorização dos investimentos de acordo com sua rentabilidade; reduzindo o custo unitário dos mesmos.
- Perseguição contínua ao ajuste à Empresa de Referência e visando garantir a qualidade do produto e do serviço ao cliente de acordo com as exigências regulatórias.
- Intensificação das ações economicamente sustentáveis de proteção da receita e ativos em relação à inadimplência, perdas e furtos.

Quanto à geração de energia, a Companhia busca a participação nos grandes projetos estruturantes concomitantemente aos investimentos feitos pela mesma em estudos sobre os empreendimentos hidrelétricos futuros. Em suas demonstrações, é ressaltado que as parcerias serão necessárias na expansão da geração, sobretudo com a busca de complementaridade e com o aprimoramento dos instrumentos contratuais correspondentes. Quanto aos riscos sócio-ambientais e os de construção, os mesmo devem ser claramente identificados e estimados.

Como estratégia financeira, a Companhia busca maximizar os benefícios de sua estrutura de capital nos seguintes aspectos:

- Redução do custo médio ponderado de capital.
- Ampliação do acesso ao mercado financeiro.
- Redução do estoque da dívida de curto prazo.
- Oportunidades de alongamento da dívida tanto local como externa.

As vendas de energia da Cemig são afetadas pela sazonalidade do mercado. Normalmente, ocorre aumento de consumo pelos clientes industriais e comerciais no terceiro trimestre fiscal devido ao aumento da atividade industrial e comercial.

Como premissas para o exercício 2009-2012, a Companhia disponibilizou diversas informações quantificáveis contidas no ANEXO deste trabalho.

Se analisarmos as transparências em conjunto, podemos verificar que as mesmas englobam todo o contexto interno e externo da Companhia, conforme é necessário para a elaboração de um planejamento satisfatório. Os valores apresentados são baseados em dados contábeis históricos da entidade e em metas e objetivos estabelecidos pela mesma no decorrer dos anos. De maneira geral, o orçamento deve conter basicamente as premissas, plano de marketing, plano de produção, suprimentos e estocagem, plano de recursos humanos, plano de investimentos e a projeção das demonstrações contábeis, isto é, os números nos quais a Companhia espera alcançar.

A definição de um plano de ação é muito importante para que uma empresa possa se direcionar para conquistar e conseguir superar suas expectativas buscando assim a concretização de suas superações.

O orçamento é a expressão quantitativa de um plano de ação futuro da administração em um determinado período. Ele pode abranger aspectos financeiros e não-financeiros desses planos e funciona como um projeto para a companhia seguir no período vindouro. (Horngren, Charles T)

Para que haja um melhor controle gerencial é necessário a construção de orçamento, fornecendo assim critérios de desempenho, promovendo assim comunicação, coordenação dentro da organização.

Para que decisões sejam tomadas da melhor maneira possível é necessário saber qual a melhor decisão tomar, em se tratando de lucros a empresa tem que saber como reduzir os custos para que seu lucro possa ser otimizado.

A elaboração de orçamentos é importante para que os administradores possam decidir se seus objetivos podem ser atingidos e se não quais modificações serão necessários para atingi-los.

O lucro em uma companhia é muito importante e os seus administradores utilizam os orçamentos para que através de planos de ações o seu lucro possa ser maximizado. Através da análise dos custos se obtém informações que podem identificar vantagens estratégicas no mercado em que atuam. Através desta avaliação é identificado e eliminado atividades que não adicionam valor reduzindo assim custos sem reduzir o valor do produto para os clientes. Isso proporciona uma redução nos preços passando a ter vantagem de custos sobre seus concorrentes, ou prestar melhor serviços através dos recursos economizados.

A CEMIG relatou no seu Relatório da Administração que através de uma revisão dos processos de 2008 identificou e já planejou ações que permitirão a redução significativa das despesas operacionais, ela espera obter parte desses resultados já em 2009 e o restante em 2010 após a implementação de todas as ações.

Através de orçamentos realizados a CEMIG estabeleceu estratégias em que o foco principal é a ampliação da área de atuação (energia elétrica e gás) em todo o território brasileiro.

Um dos planos de ações da CEMIG para concretizar a ampliação da área de atuação é a revitalização do parque gerador que irá restabelecer a vida útil das plantas em 30 (trinta) anos. Esse projeto inclui a atualização tecnológica dos sistemas de regulação, excitação e proteção, além das reformas dos geradores e turbinas. A revitalização das plantas de geração possibilita, além do restabelecimento da vida útil, aumento da confiabilidade operativa, maior eficiência da proteção física e elétrica e melhor resposta às oscilações do sistema.

Outra ação estabelecida pela CEMIG é a ampliar do parque gerador da CEMIG através da implantação de pequenas centrais

hidrelétricas no Estado de Minas Gerais, visando desenvolver projetos de energia de fontes alternativas e de geração distribuída, avançando o desenvolvimento de mercados regionais no Estado.

Em 2008 a Cemig contribuiu com o cobre público o valor R\$ 284.939 (milhões) referente ao ICMS do consolidado e 18.092 (milhões) referente à controladora, isso representa 1,36% da arrecadação estadual que totalizou R\$ 22.247.314.176,66 em 2008, conforme anexo (A).

O Governo através de renúncia fiscal, oferece as empresas incentivos fiscais, ou seja, a empresa que participa de projetos sócio culturais podem abater em seus tributos um percentual, o objetivo dessa parceria é dar maior acesso às pessoas de baixa renda, acesso à cultura, e melhora nas condições sociais.

Como Empresa prestadora de serviços públicos, a Cemig participa desses incentivos. O relacionamento da Cemig com as comunidades onde atua não se restringe ao estágio de desenvolvimento econômico, mas também possui relação direta com o estágio de desenvolvimento social. Iniciativas concretas, como os programas Campos de Luz, Conviver e Luz no Saber, demonstram, na prática, que a energia é um insumo necessário não apenas à transformação de matérias-primas e à produção de bens, mas também à qualidade de vida e ao funcionamento de equipamentos de uso comum, como escolas, centros culturais e recreativos.

Dessa forma, a Cemig busca, por meio de sua política de atuação cultural e social, transformar seus consumidores em parceiros no desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, participando ativamente da sociedade em que vive.

Para a Cemig, investir em projetos sociais e culturais não é uma questão apenas de quantidade de recursos, mas da qualidade com que eles são aplicados, objetivando atingir o maior número de pessoas, com continuidade e responsabilidade,

por meio da formação de redes de atuação entre diversos setores da sociedade e do meio artístico-cultural.

Os recursos aplicados durante o ano de 2008 em educação, cultura e ações sociais somaram cerca de R\$45,5 milhões.

A Cemig também participa do projeto de redução tarifária para pessoas de baixa renda, em abril de 2008, a ANEEL divulgou, provisoriamente, o resultado da 2ª Revisão Tarifária da Cemig Distribuição. O impacto percebido pelos consumidores foi uma redução média de 12,24% nas contas de energia elétrica a partir de 8 de abril de 2008, devendo ser considerando que o reajuste teve aplicação diferenciada por categoria de consumo. Como exemplo, os consumidores residenciais tiveram uma redução de 17,11% em suas contas de energia comparada a uma redução de 8,02% para os consumidores de alta tensão.

Como forma de incentivo para a empresa, em novembro de 2008, a ANEEL estabeleceu, provisoriamente, o reposicionamento tarifário em 1,96%, a partir de 07 de novembro de 2008. Considerando os adicionais financeiros de 2,30%, o impacto na tarifa atingiu 4,27%. Em decorrência da retirada da base tarifária de um componente financeiro de -0,41% que havia sido adicionado no reajuste anual de 2007, o efeito médio na tarifa percebido pelos consumidores correspondeu a 4,70%.

O Governo Federal, através das Centrais Elétricas Brasileiras - "ELETROBRÁS", reembolsava, até abril de 2008, as distribuidoras pelas perdas de receita verificadas, em função dos critérios adotados a partir de 2002 para classificação dos consumidores na Subclasse Residencial Baixa Renda, tendo em vista a tarifa mais baixa aplicada em suas contas de energia elétrica.

De acordo com Vázquez (1986), a ética pode ser construída por uma sociedade com base nos valores históricos e culturais, já do ponto de vista da Filosofia, a Ética é uma ciência que estuda os valores e princípios morais de uma sociedade e seus grupos, ou seja, cada sociedade e cada grupo possuem seus

próprios códigos de ética, por isso quando uma pessoa que não segue a ética da sociedade a qual pertence é chamado de antiético, assim como o ato praticado.

Além dos princípios gerais que norteiam o bom funcionamento social, existe também a ética de determinados grupos ou locais específicos, neste sentido, podemos citar a ética médica, ética de trabalho, ética empresarial, ética educacional, ética na política, etc.

Como esse trabalho é focado em uma empresa, serão destacados assuntos relacionados a ética empresarial e ética de trabalho.

A Cemig constituiu em 12 de agosto de 2004 a comissão de ética e canal de denúncia. A Comissão de Ética passou a ter a ferramenta necessária para o recebimento de denúncias, de práticas irregulares contrárias ao interesse da empresa.

Para disciplinar os comportamentos, atuação e decisões profissionais, a Cemig adota a Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional, que define os valores, princípios e responsabilidades a serem seguidos por seus colaboradores, gerentes e administradores, bem como contratados e prestadores de serviços. Todas as denúncias sejam operacionais ou não operacionais são encaminhadas às respectivas áreas, para tomada de providências.

O cumprimento dos valores, princípios e responsabilidades é monitorado pela Comissão de Ética da Cemig, que: é composta por gerentes da Companhia, sendo a ferramenta de encaminhamento de denúncias sobre práticas contrárias ao interesse da Companhia e de seus acionistas, tais como:

- (I) fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis;
- (II) apropriação indevida de bens e recursos;
- (III) recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados; e
- (IV) contratações irregulares;

A comissão avalia e delibera sobre as denúncias recebidas pelo Canal de Denúncia Anônima, Ouvidoria da Cemig ou e-mail da Comissão de Ética, ela instaura procedimentos para apurações relativas aos descumprimentos da “Declaração de Princípios Éticos e do Código de Conduta Profissional” e também avalia a necessidades de revisão da “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional” da empresa.

Por ser uma pessoa jurídica de sociedade de economia mista, a Companhia também se submete ao Código de Conduta Ética do Servidor Público de Alta Administração e do Estado de Minas Gerais.

O SPED faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007 à 2010), ele é considerado uma avanço entre a relação do fisco com o contribuinte, ou seja, o seu objetivo é de modernizar as obrigações acessórias. O SPED é composto por três subprojetos: escrituração contábil digital, escrituração fiscal digital e nota fiscal eletrônica.

Objetivos na implantação do SPED são:

- Compartilhamento das informações contábeis nas três esferas de poder: municipal, federal e estadual;
- Transmissão de uma única obrigação acessória;
- Melhoria no controle e fácil acesso as informações e cruzamentos de informações.

O SPED é um instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal, mediante fluxo único, computadorizado, de informação.

Com a chegada do SPED obtem-se vantagens para ambas as partes, exemplo: redução de custos com a dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel; redução de custos com a racionalização e simplificação das obrigações acessórias; uniformização as informações prestada ao ente público; redução do envolvimento involuntário em práticas fraudulentas; redução

dos custos administrativos; melhoria na qualidade da informação e aperfeiçoamento do combate à sonegação.

Com o advento do SPED as empresas entram em uma nova era, pois, os impactos serão sentidos em várias áreas das organizações como por exemplo: as empresas terão que adequar seus sistemas de informação; terão que fazer revisões na sua infra estrutura física para a adequação às diversas situações que podem ocorrer, como compra de novos computadores para os pontos de recebimento de notas fiscais; mudança cultural, pois, há uma nova tendência de visão empresarial e as pessoas terão que se adequar a mudanças e para isso as empresas terão que investir em capacitação para que todos tenham um perfeito entendimento do novo cenário.

Em se tratando de controles internos com certeza com o advento do SPED as organizações caminham para controles cada vez mais complexos com objetivos de que suas informações demonstrem a transparência que o fisco necessita.

3 CONCLUSÃO

4 REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Comissão de Pronunciamentos Contábeis**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>> . Acesso em 01 out. 2009.

BRASIL. **Comissão de Valores Mobiliários**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>> . Acesso em 01 out. 2009.

<http://www.nfedobrasil.com.br/pdf/CARTILHA%20SPED%20BRASIL.pdf>
; acesso em 10 out.2009.

<http://www.iobonlineregulatorio.com.br/sped>; acesso em 10 out. 2009.

<http://www.1.receita.fazenda.gov.br/sped>; acesso em 10 out.2009.

Horngren, Charles T; Foster, George; Datar, Srikant M.; **Contabilidade de custos**; LTC Editora, 9º edição.

IUDICIBUS, Sergio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubéns. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**: aplicável às demais sociedades. 7 ed. Suplemento. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, SÉRGIO DE; MARTINS, ELISEU; GELBCKE, ERNESTO RUBENS; FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**: aplicável às demais sociedades. Suplemento. São Paulo: Atlas, 2007.

Maher, Michael; **Contabilidade de custos - criando valor para a administração**; Editora Atlas; 2001.

MINAS GERAIS. **Companhia Energética de Minas Gerais**. Disponível em: <<http://www.cemig.com.br>>. Acesso em 25 set. 2009.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema de Bibliotecas. **Padrão PUC Minas de normalização**: normas da ABNT para apresentação de trabalhos científicos, teses, dissertações e monografias. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <<http://www.pucminas.br/biblioteca>>. Acesso em: 18 out. 2009.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanches. Ética. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ANEXOS

Anexo A

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

ESTADO: MINAS GERAIS- PODER

CNPJ: 18.715.615/0001-60

Exercício: 2008

Período de referência: NOV/2007 A OUT/2008

CVA: 2008112517544800505856

RREO - ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Novembro 2007	Dezembro 2007	Janeiro 2008	Fevereiro 2008	Março 2008	Abril 2008	Maió 2008
1	RECEITAS CORRENTES (I)=(2+7+...+12+18)	3.455.911.695,04	3.340.433.129,95	4.779.608.964,36	3.437.933.186,21	3.714.887.777,34	3.243.900.929,59	3.190.108.038,72
2	Receita Tributária (3+4+5+6)	1.958.593.934,99	2.001.976.409,38	2.809.816.199,50	2.328.830.114,19	2.317.523.473,04	2.046.621.599,25	2.087.574.680,29
3	ICMS	1.730.411.843,08	1.748.821.995,14	1.757.186.218,90	1.875.581.892,12	1.799.865.398,74	1.736.475.177,42	1.817.747.591,72
4	IPVA	18.991.049,80	23.204.169,09	822.652.559,30	280.283.952,94	292.173.248,48	109.762.004,79	59.753.127,40
5	ITCD	-	-	10.844.136,77	8.153.180,49	14.023.884,74	12.922.571,19	13.790.396,21
6	Outras Receitas Tributárias	209.191.042,11	229.950.245,15	219.133.204,53	154.811.088,64	211.460.941,08	187.461.845,85	196.283.564,96
7	Receita de Contribuições	300.964.564,40	297.187.173,75	202.771.709,28	211.919.375,47	193.967.700,56	217.830.821,32	209.639.615,30
8	Receita Patrimonial	507.432.786,18	360.900.278,62	850.081.956,70	46.978.054,05	46.877.707,61	53.109.156,97	100.808.262,29
9	Receita Agropecuária	379.831,66	1.047.870,97	451.457,93	433.647,59	362.392,65	514.694,52	499.115,75
10	Receita Industrial	7.840.148,31	10.799.973,75	5.701.478,37	4.295.258,78	9.697.561,10	10.601.062,61	9.330.294,00
11	Receita de Serviços	36.706.880,90	45.553.806,41	30.115.335,17	25.863.489,13	31.513.491,61	33.216.041,48	31.817.316,17
12	Transferências Correntes (13+14+15+16+17)	585.747.140,15	554.228.363,93	807.695.941,35	673.099.184,70	653.846.542,80	757.471.029,09	656.438.480,39
13	Cota-Parte do FPE	146.920.810,08	198.834.043,00	178.889.539,26	196.613.350,25	154.863.247,63	179.506.548,39	188.870.380,02
14	Transferências da LC 87/1996	15.726.920,63	15.726.920,63	0,00	0,00	47.180.761,88	15.726.920,63	15.726.920,63
15	Transferências da LC 61/1989	-	-	31.474.131,63	33.982.095,03	33.848.173,99	37.275.600,70	37.803.097,74
16	Transferências do FUNDEB	243.072.708,45	261.938.295,91	303.842.033,77	313.618.114,86	270.101.824,61	346.317.820,40	282.492.708,20
17	Outras Transferências Correntes	180.026.700,99	77.729.104,39	293.490.236,69	128.885.624,56	147.852.534,69	178.644.138,97	131.545.373,80
18	Outras Receitas Correntes	58.246.408,45	68.739.253,14	72.974.886,06	146.514.062,30	461.098.907,97	124.616.524,35	94.000.274,53
19	DEDUÇÕES (II)=(20+21+22+23+24)	983.977.400,72	991.962.337,01	1.386.810.458,56	1.152.704.039,19	1.246.770.780,38	1.009.445.393,29	994.969.006,85
20	Transferências Constitucionais e Legais	459.371.202,14	468.235.419,02	884.251.822,05	641.733.949,17	713.712.260,98	525.854.798,93	505.282.235,31
21	Contrib. Plano Prev. Assist. Social Servidor	211.278.565,08	178.001.208,51	114.402.022,39	141.945.316,06	117.638.749,92	146.846.370,86	133.100.823,52
22	Contrib. p/ Custeio Pensões Militares	60.175.438,09	80.538.237,47	45.519.061,66	40.333.293,67	46.660.916,87	41.122.133,65	45.660.610,54
23	Compensação Financ. entre Regimes Previdenciários	281.864,81	1.231.155,71	0,00	0,00	97.509,98	852.548,96	7.587.024,08
24	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	252.870.340,60	263.956.316,30	342.637.552,46	328.691.480,29	368.661.342,63	294.769.540,89	303.338.313,40
25	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)=(1-19)	2.471.934.294,32	2.348.470.792,94	3.392.798.505,80	2.285.229.147,02	2.468.116.996,96	2.234.535.536,30	2.195.139.031,87

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Junho 2008	Julho 2008	Agosto 2008	Setembro 2008	Outubro 2008	TOTAL (ÚLT. 12 M)	PREVISÃO ATUALIZADA 2008
26	RECEITAS CORRENTES (I) = (27+32+...+37+43)	3.289.828.042,63	3.241.889.644,23	3.370.296.707,73	3.392.493.138,93	3.381.939.374,27	41.839.310.629,00	36.840.723.801,80
27	Receita Tributária (28+29+30+31)	2.130.639.940,33	2.156.183.928,48	2.243.439.376,40	2.309.246.210,19	2.238.583.746,40	26.629.029.612,44	23.656.600.772,40
28	ICMS	1.874.367.249,59	1.892.339.659,54	1.959.702.135,10	2.031.459.873,34	2.023.355.141,97	22.247.314.176,66	19.803.391.674,00

